

PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

propostas e reflexões coletivas

ORGANIZAÇÃO:

Danielle Klintowitz,
Felipe Moreira
e Vitor Nisida

Instituto **Pólis**

São Paulo, 2019

PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

Centro de Documentação e Informação (CDI)

Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas / Instituto Pólis [et al.], organização Danielle Klintowitz, Felipe de Freitas Moreira e Vitor Coelho Nisida. – São Paulo : Instituto Pólis, 2019.

229 p.

ISBN 978-85-7561-091-6 (Publicação Digitalizada)

1. Planejamento alternativo. 2. Planejamento conflitual. 3. Planejamento insurgente. 4. Planejamento contra-hegemônico). 5. Lutas urbanas. 6. Direito à cidade. 7. Direito à moradia. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Klintowitz, Danielle. IV. Moreira, Felipe de Freitas. V. Nisida, Vitor Coelho. VI. Tanaka, Giselle. VII. Teixeira, Sandra Maria de Souza. VIII. Pequeno, Renato. IX. Pinheiro, Valéria. X. Fernandes, Pedro. XI. Lustosa, Geruza. XII. Linhares, Juliana. XIII. Nascimento, Denise. XIV. Graças, Maria das. XV. Silva, Cassia Aparecida da. XVI. Rubano, Lizete. XVII. Santo Amore, Caio. XVIII. Comaru, Francisco. XIX. Rolnik, Raquel.

CDD 307.76

CDU 316.7

Esta publicação é fruto de uma reflexão coletiva promovida pelo Seminário Nacional de Planejamento Alternativo, realizado em fevereiro de 2019 pelo Instituto Pólis e com parceria de fomento do CAU/SP.

EQUIPE INSTITUTO PÓLIS

- Danielle Cavalcanti Klintowitz: Arquiteta Urbanista (Coordenadora Geral)
- Margareth Matiko Uemura: Arquiteta Urbanista (Coordenadora Executiva)
- Natasha Mincoff Menegon: Arquiteta Urbanista
- Vitor Coelho Nisida: Arquiteto Urbanista
- Felipe de Freitas Moreira: Arquiteto Urbanista
- Francesca Palaferri: Arquiteta Urbanista

PALESTRANTES

- Raquel Rolnik - FAU USP
- Giselle Tanaka - UFRJ
- Sandra Maria Teixeira - moradora da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, RJ
- Valéria Pinheiro - Lehab UFC
- Pedro Fernandes - morador do Serviluz, Fortaleza, CE
- Geruza Lustosa - Praxis UFMG
- Maria das Graças (Morena) - Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, MG
- Danielle Klintowitz - Pólis
- Lizete Rubano - FAU Mack
- Cássia Aparecida da Silva - Campos Elíseos
- Caio Santo Amore - FAU USP
- Renato Pequeno - UFC
- Francisco Comaru - UFABC

EQUIPE DE APOIO ÀS OFICINAS

- Mosaico - Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie
- ONG É de lei
- LEW - Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie
- Colaboradores do Fórum Aberto Mundaréu da Luz
 - Talita Gonsales
 - Renato Abramowicz
 - Natalina Ribeiro

PROJETO GRÁFICO

- Vitor Coelho Nisida
- Felipe de Freitas Moreira
- Francesca Palaferri

REVISÃO DOS TEXTOS

- Bianca Tavolari

TRANSCRIÇÃO

- Eunice Remondini

A MISSÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO DO SÉCULO XXI

Consolidar o processo democrático no Brasil é garantir “o direito à cidade” a todos os cidadãos. Para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP – autarquia criada pela lei federal 12.378/10, também deve-se somar o “direito ao projeto” para constituir uma sociedade democrática digna deste nome.

A obra “Planejamento Alternativo” foi produzida pelo Instituto Pólis com o apoio do CAU/SP por meio de parceria de fomento. Traz uma série de estudos de caso que revelam os sucessos e percalços de arquitetos engajados em ouvir e atender à população de baixa renda.

Mas o livro mostra, principalmente, os esforços de comunidades marginalizadas por moradia e inserção urbana convenientes.

Temos a satisfação de apoiar esta iniciativa porque entendemos que faz parte de nossa missão institucional fomentar o acesso à Arquitetura e Urbanismo a todos os cidadãos.

Uma moradia bem projetada e construída, situada num bairro servido de equipamentos urbanos e conectado de forma eficiente à malha viária, não deveria ser, como infelizmente é hoje, um privilégio.

A notória pesquisa do instituto Datafolha de 2015, encomendada pelo CAU/BR, indicou que 85% das obras de construção ou reforma no país são feitas sem a assistência de um arquiteto.

Muitas comunidades pobres, como é vastamente demonstrado neste livro, também estão localizadas em áreas isoladas e mal atendidas pelo transporte público, o que dificulta o acesso a empregos, saúde e educação.

Para enfrentar esses desafios, diversos profissionais arquitetos e urbanistas optaram pelo envolvimento com essas comunidades, assistindo tecnicamente não somente em obras ou reformas de residências, mas também nos processos para legitimar a posse de áreas ocupadas informalmente por décadas às vezes.

Na medida de suas possibilidades, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem apoiado estas iniciativas, através do suporte a livros, cursos e seminários e, recentemente, destinando parcela de seu orçamento para suportar propostas na área de assistência técnica para habitação de interesse social.

Esperamos que esta obra, e outras iniciativas, possam contribuir para o avanço destas práticas de atendimento à população de baixa renda, na verdade, o principal público a ser alcançado pela Arquitetura e Urbanismo do século XXI.

José Roberto Geraldine Júnior
Presidente do CAU/SP

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Introdução.....	10
---------------------	----

2. EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

2.1 VILA AUTÓDROMO NO RIO DE JANEIRO (RJ)

2.11 Planejamento conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo (Giselle Tanaka, UFRJ).....	18
--	----

2.12 Vila Autódromo: mais do que luta, um símbolo de memória! (Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo).....	54
--	----

2.2 SERVILUZ EM FORTALEZA (CE)

2.21 Práticas de pesquisa-ação do LEHAB em Fortaleza: desafios na luta pelo direito à cidade (Renato Pequeno e Valéria Pinheiro, UFC).....	68
---	----

2.22 Serviluz, sinônimo de luta e resistência (Pedro Fernandes, morador).....	92
---	----

2.3 VILA ACABA MUNDO EM BELO HORIZONTE (MG)

2.31 Práticas em assessoria técnica: a experiência do PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo (Geruza Lustosa, Juliana Linhares, Denise Nascimento, UFMG).....	106
---	-----

2.32 Vila Acaba Mundo e os desafios da representação Maria das Graças (Morena, moradora).....	126
--	-----

2.4 CAMPOS ELÍSEOS EM SÃO PAULO (SP)

2.41 Campos Elíseos: um território em disputa (Danielle Klintowitz, Vitor Coelho Nisida, Felipe Moreira. Instituto Pólis).....	134
---	-----

2.42 Campos Elíseos: pela perspectiva de uma liderança (Cassia Aparecida).....	164
--	-----

2.5 Reflexões finais de práticas alternativas

2.51 Um balanço das práticas alternativas de planejamento nas grandes cidades brasileiras (Renato Pequeno, UFC).....	180
---	-----

3. OFICINAS TEMÁTICAS

3.1 Práticas de Assistência Técnica e projeto arquitetônico compartilhado.....	190
--	-----

3.2 Estratégias de mobilização e participação.....	206
--	-----

3.3 Interfaces do planejamento alternativo e políticas públicas habitacionais e urbanas: avanços, limites e desafios Estratégias de mobilização e participação....	222
---	-----

BELO HORIZONTE - MG
VILA ACABA MUNDO

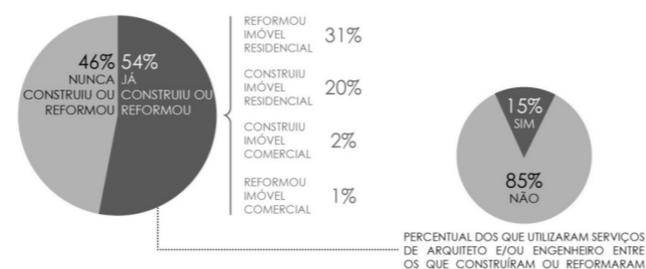
PRÁTICAS EM ASSESSORIA TÉCNICA: A EXPERIÊNCIA DO PRAXIS-EA/UFMG NA VILA ACABA MUNDO

Geruza Lustosa de Andrade Tibo - Juliana de Faria Linhares - Denise Morado Nascimento

INTRODUÇÃO

A prática da autoconstrução por parte da população de baixa renda caracteriza-se como uma das únicas respostas possíveis desta classe social diante das políticas urbanas de provisão de moradia estabelecida. Muitas vezes, a autoconstrução é fruto da urgência de sobreviver e da necessidade de abrigo (MORADO NASCIMENTO, 2016). Porém, é necessário ressaltar que nem todos os autoconstrutores são de baixa renda. O número estatístico da autoconstrução, isto é, da produção de moradias sem a presença de arquitetos e/ou engenheiros, é estimado em 85% das reformas ou das obras realizadas pela população brasileira (CAU/BR, DATAFOLHA, 2015). Visto que apenas 15% da provisão habitacional está associada aos profissionais da arquitetura e da engenharia, inferimos que a autoconstrução é a prática prevalecente em quase toda a cidade. Sendo assim, nosso argumento é de que a autoconstrução é uma

Figura 22. Reforma e/ou construção sem arquitetos e/ou engenheiros no Brasil.



Fonte: autoras, baseada em CAU/BR e DATAFOLHA, 2015.

prática configurada por distintos repertórios e motivações. Desta forma, o conceito abrange aspectos para além daqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos – ou seja, aqueles socialmente construídos pelos discursos acerca da sua significação.

Portanto, é necessário abandonar o conceito genérico e estanque de autoconstrução, visto que se entende que não há uma única

forma coesa de construir (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018). Neste artigo, pretendemos não só propor um outro olhar sobre o conceito da autoconstrução, mas também relatar as experiências de assessorias técnicas realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, em Minas Gerais. As práticas estão inseridas no projeto de extensão Diálogos e nas pesquisas de mestrado e doutorado das autoras¹. O projeto Diálogos propõe investigar a produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda, por meio da mediação da

informação entre arquitetos/pesquisadores e moradores. Propõe ainda compartilhar processos de tomada de decisão com os moradores, objetivando agregar informações técnicas ao processo de produção da moradia, linguagens, metodologias e ferramentas, capazes de estabelecer um diálogo desejado, recíproco e relevante para todos os envolvidos. Defendemos que a prática compartilhada entre técnico e morador potencializa a prática dos autoconstrutores e, da mesma forma, amplia os saberes construtivos para o campo da arquitetura.

1 - PRAXIS-EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) da Escola de Arquitetura da UFMG. O projeto “Diálogos: Vila Acaba Mundo” contou com os seguintes pesquisadores: Profa. Denise Morado Nascimento, Geruza Lustosa de Andrade Tibo, Juliana de Faria Linhares, Gabriel da Cruz Nascimento, Letícia Campos Araújo Pádua, Lucas Dias Franco Afonso e Rafael Gomes Duarte. Parceiros: Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo e moradores. Mais informações: <http://praxis.arq.ufmg.br>. A dissertação de mestrado da autora Juliana de Faria Linhares, intitulada “Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda”, sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento, foi apresentada ao NPGAU/UFMG em outubro de 2018. O doutorado de Geruza Lustosa de Andrade Tibo (NPGAU/UFMG) está em andamento, também sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento.

REDEFININDO A AUTOCONSTRUÇÃO

A gente que mora nestes lugares faz as coisas sem saber das técnicas. Fazemos com o que a gente sabe.

Dona Efigênia

A fala da Dona Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo, revela que os aspectos que compõem o repertório de cada autoconstrutor não podem ser analisados de forma única, genérica ou coesa. Ainda que os moradores estejam inseridos em estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas similares, existem aspectos singulares que tornam a autoconstrução distinta em suas práticas e que, por isso, demandam metodologias específicas e ferramentas comunicacionais.

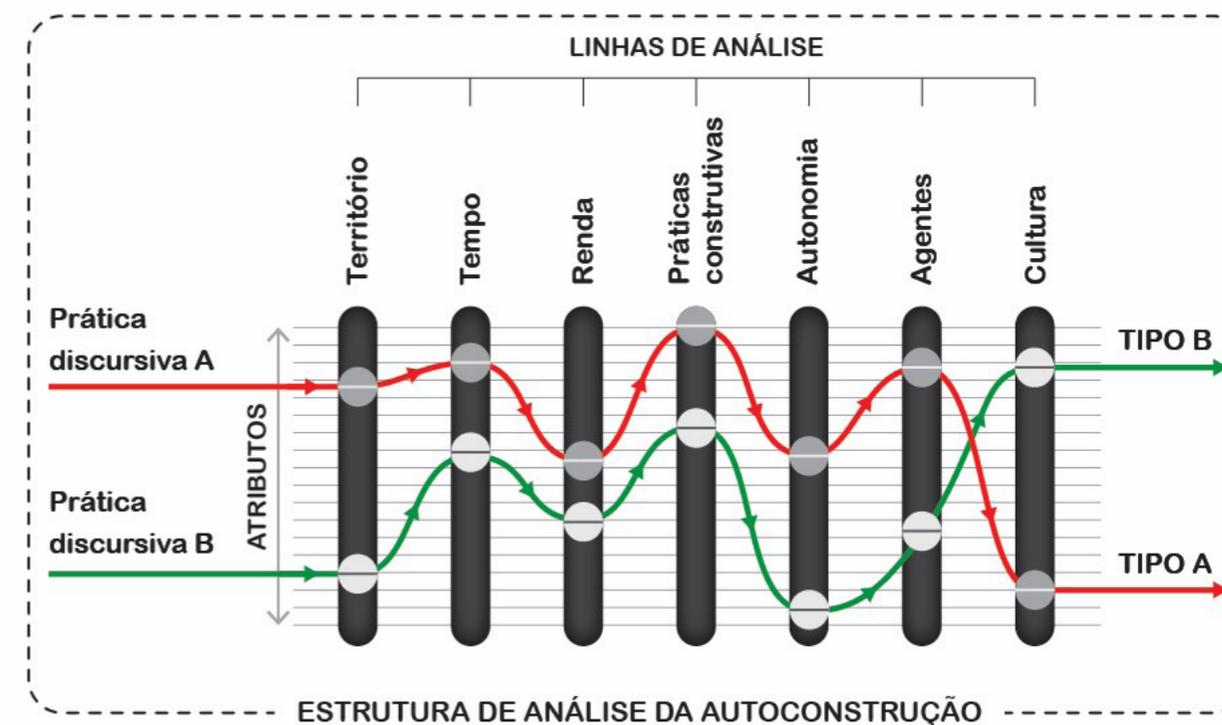
Os moradores autoconstrutores não são iguais e nem são movidos pelos mesmos interesses. São várias as motivações que embasam a decisão de produzir suas casas autonomamente. Se usado genericamente, o conceito de autoconstrução anula diferenças entre as práticas e os diversos autoconstrutores, resultando em análises descoladas da realidade.

Em primeiro lugar, a observação destas distintas práticas no contexto da experiência de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo nos levou a decompor o conceito de autoconstrução em camadas, a partir de sete linhas de análise: (i) renda e recursos financeiros, (ii) território, (iii) tempo, (iv) agentes, (v) práticas construtivas, (vi) autonomia e (vii) cultura (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018). As linhas de análise desenham as camadas das práticas autoconstrutoras. Assim, quando diferentes características presentes em cada camada são associadas, uma prática singular da autoconstrução emerge, reivindicando ferramentas comunicacionais específicas e práticas distintas de assessoria técnica.

Para a determinação da prática autoconstrutora, as linhas de análise devem ser vistas de forma conjunta, não como atributos isolados. As características de cada linha influenciam de forma estruturante umas às outras. Brevemente, as linhas de análise tratam do seguinte:

1. Renda e Recursos Financeiros: componente estruturante de todas as camadas e interferência direta nas linhas de análise.
2. Tempo: componente estruturante do tempo da construção, material empregado e agentes envolvidos.

Figura 23. Diagrama da estrutura de análise da autoconstrução.



Fonte: TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018.

3. Território: referente à segurança da posse do terreno, que desencadeia tipos de autoconstrução, menos ou mais estáveis no que diz respeito aos planos social, político, econômico e construtivo, assim desvelado por pesquisas desenvolvidas anteriormente (MORADO NASCIMENTO, 2016). A inserção sócio-espacial e política determina características das formas de ocupação do território, de acesso à cidade e à informação.
4. Agentes: presença ou ausência de atores no processo de construção; técnicos, mão de obra contratada ou de familiares, agentes públicos, depósitos de materiais de construção dentre outros.
5. Práticas construtivas: disponibilidade de informação e contratação de mão de obra, renda e disponibilidade de horas de trabalho dos próprios moradores, determinando o tempo da construção. Técnicas e materiais construtivos variam em razão da renda e do acesso ao crédito e à informação sobre eles.
6. Autonomia: o autoconstrutor possui uma autonomia dependente, carregada de significações vinculadas à reprodução social.

7. Cultura: a cultura da casa própria é um dos elementos que fomenta a prática da autoconstrução, reconhecida como ascensão social e pertencimento à cidade.

O diagrama propõe que as linhas de análise se relacionem em função de atributos conformados pela prática discursiva. A prática discursiva é o caminho que perpassa todas as linhas de análise, agregando atributos para a composição de um determinado tipo de autoconstrução. Assim, há uma liga necessária, mas fluida – composta pelas práticas discursivas –, que agrega, em maior ou menor presença e distinção, cada atributo dentro da linha de análise. A depender do modo em que certos atributos se agregam em uma determinada linha de análise, um tipo distinto de autoconstrução é definido (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018).

Em segundo lugar, vimos ser necessário definir o que chamamos assessoria técnica. A Lei Federal de Assistência Técnica, Lei nº 11.888/2008, assegura o serviço público e gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia a grupos familiares com renda de até três salários mínimos. Neste sentido, a prerrogativa colocada é de assistir e fornecer, de forma gratuita, às famílias de baixa renda, trabalhos

de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. O termo “assistência”, utilizado em sua nomeação, determina também a maneira como este serviço é prestado. Remete ao assistencialismo e à noção de que os moradores são assistidos, ou seja, que não têm protagonismo garantido.

Diferente da assistência, a assessoria técnica pressupõe o compartilhamento do processo de tomada de decisão entre o profissional e o morador. O arquiteto ou o engenheiro fornece a informação técnica ao morador, mas não decide por ele, preservando o poder de decisão do morador. A proposição de compartilhamento se baseia

na mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores a ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades (TIBO, 2017, p.4).

Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço. Importante também retomar a discussão acerca do distanciamento do arquiteto da produção da

moradia, especialmente quando tratamos da população de baixa renda. A prática tradicional da profissão, desde sua formação educacional, dota o arquiteto de símbolos e poderes e direciona sua atuação para suprir as demandas do capital e prestar serviços para a elite (STEVENS, 2003). A proposta de compartilhamento se diferencia, portanto, da prática convencional, já que possibilita qualificar e legitimar a experiência construtiva do morador, na medida em que seu arcabouço de possibilidades passa a ser enriquecido com informações técnicas compartilhadas.

Para isto, é necessário que também sejam repensados o desenho, a linguagem e os métodos de compartilhamento da informação. Para Tibo (2017, p.9), esta outra lógica de atuação do arquiteto urbanista “deve estar livre de todos os símbolos e códigos que estão vinculados à formalização do projeto arquitetônico”, demandando a criação de outros instrumentos para registrar o projeto e formalizá-lo. A informação compartilhada por meio da linguagem deve permitir o efetivo diálogo, numa comunicação que faça sentido para todos os envolvidos no processo.

Constrói-se, portanto, um lugar de encontro entre a técnica e a prática, onde os resultados não são controlados pelo arquiteto (técnica) e nem pelo autoconstrutor (prática): o que guia e transforma a atuação é o processo compartilhado. Esta outra lógica da prática confere poder de decisão ao morador, transformando seu lugar como ator social que participa da produção do espaço urbano.

A VILA ACABA MUNDO

Localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a Vila Acaba Mundo se formou a partir da implantação da Mineradora Lagoa Seca em meados de 1940. Hoje, seiscentas famílias, e quinhentas moradias, ocupam a área reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Zona Especial de Interesse Social-1 (ZEIS-1) (TIBO, 2017).

Até o momento, o grupo Práxis-EA/UFMG realizou no âmbito do projeto Diálogos na

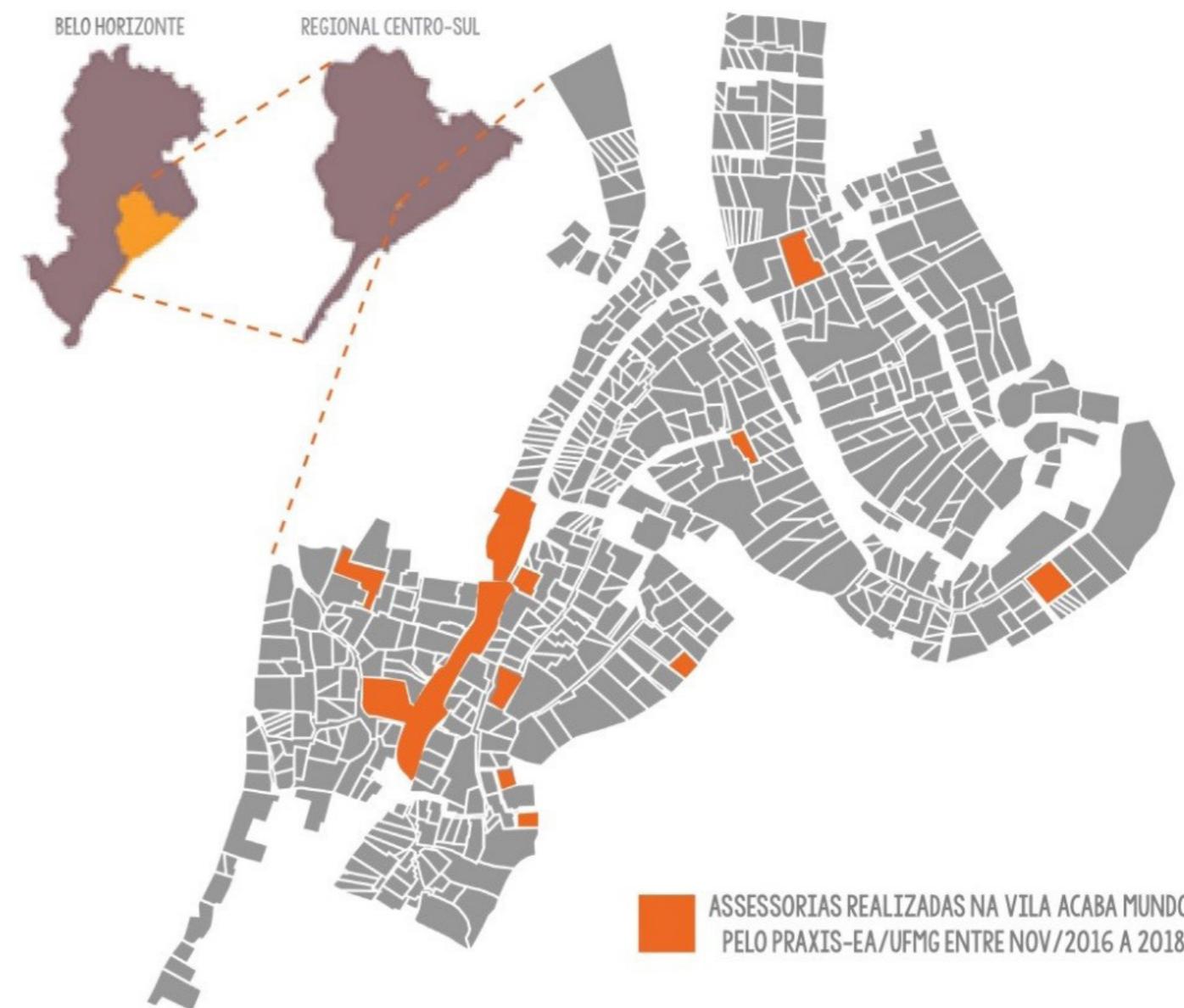
Vila Acaba Mundo², doze assessorias técnicas, guiadas pelos resultados da pesquisa “TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva”³. Esta pesquisa foi realizada durante o processo de regularização fundiária de parte do território da vila. A partir da inserção de questionário relacionado à assessoria técnica, com perguntas relativas ao desejo de auxílio técnico construtivo para os moradores, constatou-se grande interesse da população por reformas nas edificações (57,5%) e pela presença de profissionais da área de arquitetura e urbanismo em suas próximas obras (62,78%). Desta forma, os pesquisadores do Práxis-EA/UFMG responderam à essa demanda.

A assessoria técnica foi desejada e solicitada pelos moradores. Nossa aproximação iniciou-se com a divulgação da atuação do grupo de pesquisa junto ao presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, Laerte, e por meio da distribuição de panfletos.

2 - Os processos na Vila Acaba Mundo (relatos de visitas, imagens e descrições mais específicas), foram cotidianamente registrados em blog, disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>. Todos os moradores assessorados autorizaram a divulgação dos processos.

3 - A pesquisa Territórios de Ocupação Coletivo (TOC TOC), realizada em 2015 e em 2016, é resultado de parceria entre o programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG e do projeto de extensão Coletivo Construtores, vinculado ao Curso de Arquitetura do Centro Universitário UNA.

Figura 24. Vila Acaba Mundo



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2018.

Figura 25. Panfletos distribuídos na Vila Acaba Mundo.

PARTICIPE!

Diálogos é um projeto da Escola de Arquitetura da UFMG que propõe **parcerias** com famílias a fim de buscar **conjuntamente** soluções para as questões relativas à moradia, à rua, à praça e outros espaços de uso dos moradores. A assessoria é **gratuita** e pressupõe o **desejo** e o **comprometimento** de todos os envolvidos.

Se você está **construindo** ou **reformando**, podemos juntos buscar soluções **mais baratas** para a sua construção e pensar **alternativas** para o arrimo, para a cobertura, etc.

Se sua **casa já está pronta**, mas tem **algum problema** de ventilação ou iluminação, por exemplo, é possível encontrar formas de **melhorar o espaço**.



DIÁLOGOS
COM A VILA ACABA MUNDO

Denise, Geruza, Juliana e Júlia
Whats app e celular: 99423-2285
www.dialogosacabamundo.wordpress.com

CONTATO



DIÁLOGOS
DENISE, GERUZA, JULIANA,
LUCAS, LETICIA E RAFAEL
(31) 9 9423-2285
CRIAR E-MAIL?

VAMOS
PROJETAR
JUNTOS?

ARQUITETO

saberres técnicos
possibilidades construtivas
facilitador do processo

+

**MORADOR/
CONSTRUTOR**

vontade da moradia
saberres locais (autocostrução)
possibilidades construtivas

NEGOCIAÇÃO COOPERAÇÃO
TROCA DE CONHECIMENTOS
DECISÕES CONJUNTAS

RESULTADO:
PROJETO
COMPARTILHADO

ASSESSORIA PARA REFORMAR
SUA
CASA

ARQUITETO

MORADOR/
AUTOCONSTRUTOR

+

TROCA DE CONHECIMENTOS
DECIDIR JUNTOS

como tirar medidas da casa ou lote
como gastar menos
como resolver infiltração

RESULTADO:
MELHORIAS NA
SUA CASA

como construir a casa - mão de obra
como adaptar

CONTATO

(31) 9 9423-2285
praxisufmg@gmail.com



DIÁLOGOS
PRAXIS EA/UFMG
<http://www.ans.ufmg.br/praxis/>

Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

AS PRÁTICAS COMPARTILHADAS

“Se vocês não tivessem ajudado a gente, a escada teria ficado errada. A porta também e não teria esse cobogó aqui.”

Beatriz

Os pressupostos e as metodologias de trabalho foram explicados antecipadamente aos autoconstrutores. Os moradores se interessaram pela assessoria técnica por diversas razões, baseadas em motivações e objetivos distintos. Janaína considera “os desenhos [projeto entregue a outros moradores] muito bonitos” e, ao fim do processo, relatou ter adquirido outro olhar sobre sua moradia.

Disse que a assessoria “facilitou o jeito de eu ver como que ia ficar, como ia ficar o tamanho, como que eu posso pedir ao pedreiro para fazer o tamanho de cada cômodo”⁴. Durante o processo de assessoria técnica, as ferramentas e a forma de representação convencional do projeto foram refeitas metodologicamente como lugar de comunicação de ideias e propostas. Uma vez que os “desenhos bonitos” eram compreendidos pelo morador – para além do fetiche ligado ao saber técnico –, a representação passou a cumprir seu objetivo principal: possibilitar o diálogo.

Para tanto, importante pontuar que foram vários os métodos e as linguagens empregados. Flexíveis, consistiam, em si, no processo de experimentação e desenvolvimento de cada assessoria técnica. Por exemplo, instrumentos distintos foram utilizados em diferentes assessorias: kit de mobiliário, maquete física, maquete digital e desenhos técnicos. O kit de mobiliário possibilitou que o morador experimentasse diferentes disposições de móveis e paredes na escala do desenho. A maquete física, contando também com a representação do terreno, possibilitou a conversa sobre

Figura 26. Dinâmicas desenvolvidas com Janaína.

Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

4 - Janaína, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em novembro de 2017.

114

115

questões técnicas referentes à topografia, à drenagem da água e à segurança estrutural da construção. A maquete digital colaborou com o entendimento do espaço tridimensional e a melhor visualização das possibilidades de construção. No entanto, ressaltamos que o computador surge como instrumento indutor de convencimento por ser um dispositivo tecnológico que reafirma hierarquias de saber, na medida em que muitos autoconstrutores não dominam os softwares empregados. Ainda que reafirmassem a distância entre o saber técnico e o saber prático, os desenhos técnicos se mostraram necessários para auxiliar no processo de execução do projeto, principalmente no que diz respeito às questões políticas. Laerte explicou isto da seguinte maneira: “tudo [negociação com parceiros] depende de um papel, ainda que o projeto mude depois”⁵.

A cidade autoconstruída vive em constante transformação, com recorrente mutação de usos e de geração de novas demandas no espaço do morar. As famílias crescem, transformam-se e precisam de adaptações em suas edificações.

Como o que move a autoconstrução é a tentativa e o erro, a demolição e a construção, a lógica utilizada para a adaptação dos usos e solução das patologias gera danos construtivos à moradia e prejuízos financeiros para as famílias. Da mesma forma, as transformações nas moradias são motivadas pelas patologias recorrentemente observadas e relatadas. Diante da urgência ou devido à falta de informações suficientes sobre outras possibilidades de soluções construtivas ou mesmo diante da indisponibilidade de recursos financeiros, as famílias edificam e transformam sua própria moradia incessantemente, a partir da experimentação das possibilidades em escala real. Gasta-se muito e as questões que foram mal resolvidas acabam requerendo investimentos constantes para as suas correções. Como confirma Laerte: “a gente faz três casas para sair uma”⁶.

Ressaltamos que a linguagem utilizada, seja através de desenhos técnicos, tridimensionais e/ou ilustrativos, deve cumprir seu papel de comunicar e de transmitir informações que façam sentido ao morador. A experimentação de arranjos e soluções em uma escala não-

real possibilita a potencialização do processo construtivo e também gera economias – de tempo, de recursos financeiros, de mão de obra e de materiais. Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo, confirma que as dinâmicas de compartilhamento de projeto agregam benefícios ao processo construtivo dos moradores, justificando que “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”⁷.

Considerando as distintas linguagens e metodologias utilizadas adaptadas às especificidades de cada experiência, é importante reafirmar que os autoconstrutores não compartilham, entre si, as mesmas práticas construtivas, não compõem um grupo coeso e demandam atuações específicas e individuais. Morena e Sheila, por exemplo, habitam o mesmo território, a Vila Acaba Mundo, mas não compartilham da mesma disponibilidade de recursos financeiros. Da mesma forma, as moradoras não compartilham dos mesmos agentes no processo de autoconstrução, visto que Morena dispõe de um pedreiro do ramo da construção civil e Sheila conta com o auxílio

do pai e do marido. Elas também não têm as mesmas culturas construtivas e o tempo destinado à construção é distinto. Morena mora em um lugar e constrói em outro, permitindo que sua obra se realize ao longo do tempo, enquanto Sheila demanda que a construção seja feita com certa urgência por morar em uma casa temporária de madeira.

Com Morena, a assessoria técnica foi organizada a partir de uma demanda de arranjo espacial da moradora: “eu estava sem ideia, entendeu? Não sabia por onde começar, estava totalmente perdida”⁸. O processo contou então com duas dinâmicas (kit mobiliário e maquete digital) e uma entrega parcial, com desenhos técnicos e também através do modelo tridimensional. Só depois dos desenhos e do modelo foi entregue a representação das soluções acordadas com a família e com os pedreiros. Também utilizamos as duas formas de representação. Importante notar que o entendimento da família em relação ao projeto foi um processo que se deu ao longo do tempo. Segundo Morena, ela só começou a entendê-lo “a partir do momento

5 - Laerte, morador e presidente da associação de moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em junho de 2017.

6 - Laerte, morador e presidente da associação de moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em novembro de 2016.

7 - Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao Práxis-EA/UFMG.

8 - Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em março de 2018.

que vocês começaram a colocar os móveis; é, porque no começo estava um bagunça, né gente? Sinceramente, eu não tinha ideia do que vocês estavam me falando. Eu estava concordando, mas sem entender. A verdade foi essa. Hoje eu entendo”⁹.

A experiência com Morena ilustrou o necessário exercício de aproximação da fala do arquiteto à fala do morador. Configurando uma prática de assessoria técnica singular, reafirmamos que não há método ou modelo único que seja replicável às diversas demandas dos moradores e que responda a todas as diferentes necessidades habitacionais.

Uma outra prática se revelou na assessoria técnica com Sheila, que vive com a família em uma casa temporária de madeira, onde a urgência do morar direcionava a ocupação do terreno. As patologias da edificação e sua vulnerabilidade estrutural eram fruto do curto período de tempo previsto para a construção e, além disso, da complexidade do terreno. Para além das dinâmicas de arranjo espacial, o processo de assessoria técnica demandou conversas com os moradores sobre a estrutura preexistente e uma análise das condições geológicas do terreno.

9 - Idem.

A demanda por soluções construtivas e arranjos espaciais era premente. Por isso, os moradores construiriam com ou sem o auxílio técnico, dada a urgência do morar. A família de Sheila não requisitava o aval técnico do arquiteto para a construção da sua casa. Porém, a partir do momento em que iniciamos a assessoria, assumimos compromissos com as decisões tomadas pela moradora. Uma das premissas da mediação é a de que o compartilhamento se estende também à partilha de responsabilidades. Era nosso dever, portanto, transmitir as informações técnicas necessárias ao processo construtivo ao morador, garantir que elas fossem recebidas pelo autoconstrutor e também que fossem suficientemente claras para subsidiar sua tomada de decisão. A execução das propostas não é um critério vinculante, obrigatório ou imposto ao morador nos processos de assessoria técnica. Mas é importante ponderar que as responsabilidades são compartilhadas em casos de dúvidas estruturais e geológicas.

Outro exercício de aproximação entre os agentes envolvidos neste processo diz respeito à lógica do morar do autoconstrutor. Observamos que, nas transformações efetivadas pelos moradores,

Figura 27. Moradia de Sheila e Morena e interação da família com o processo.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Figura 28. Morena e o projeto-guia na parede da obra.



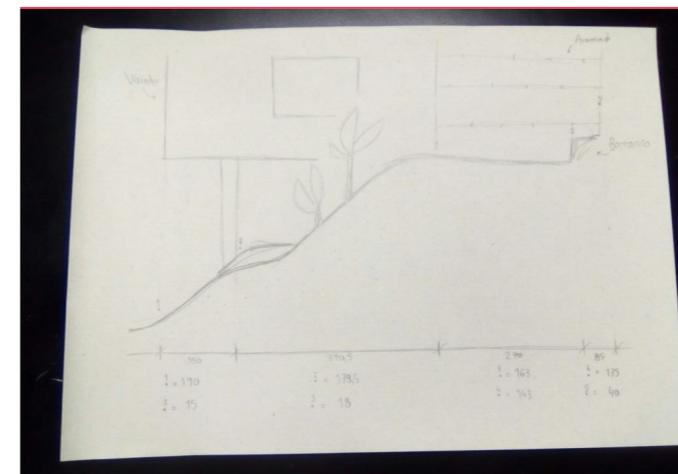
Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

o dimensionamento físico do espaço pode ter mais valor do que outros aspectos considerados importantes pelos arquitetos, como, por exemplo, as condições de conforto térmico e ergonômico. As escadas, normalmente realizadas ao fim da obra, são construídas com degraus altos, desiguais e com piso reduzido; em alguns casos, são encontradas também escadas pré-moldadas, em formato caracol, que ocupam menor espaço em áreas comuns dos territórios. No caso de Beatriz, a experiência evidenciou que as regras e medidas definidas pelo universo da

arquitetura para uma escada confortável e acessível não se adaptavam ao contexto das vilas, favelas e ocupações urbanas. A escada ideal é aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível para o contexto do morador. No âmbito da autoconstrução, as decisões projetuais e construtivas estão baseadas na melhor solução possível sob o ponto de vista de quem mora, para, assim, condizer com as necessidades, desejos e realidades de cada morador.

O compartilhamento de informações e de processos, pressuposto da assessoria técnica, é colocado à prova na medida em que, por mais que a atuação técnica tenha sido solicitada, isto não significa, automaticamente, que haverá uma prática compartilhada. A assessoria ao Beco da Mina, espaço comum da Vila Acaba Mundo, foi solicitada pelo presidente da associação de moradores. Objetivávamos estabelecer um projeto de intervenção urbana como fruto de uma construção coletiva e, por mais que a equipe deixasse isto claro, notávamos que Laerte e os próprios moradores esperavam que o projeto e o desenho fossem produtos

Figura 29. Corte transversal esquemático do terreno de Sheila e, ao lado, sua fotografia.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.



prontos, que seriam desenvolvidos e entregues apenas pelos arquitetos. Segundo Laerte, o compartilhamento das decisões é de interesse da população: “a gente dar opinião onde a gente mora é bom, né!?”¹⁰. Porém, Laerte também afirma que os moradores não sabem como participar. Sua fala a respeito do envolvimento da população no processo do projeto do Beco da Mina, fomenta esta discussão:

E, no começo, a comunidade logo assustou, não tinha conhecimento. A questão da arquitetura mesmo que chegou... As pessoas aqui da Acaba Mundo, o quê que acontece: é distante na nossa realidade você ter um atendimento de pessoas, de arquitetos. A gente, na verdade, nem sabia o que era um arquiteto. Um arquiteto estava longe da nossa realidade, de chegar no nosso barraco, na nossa casa, de entrar e dar uma opinião. Até mesmo por causa disso, a gente via nossa casa, assim, muito, muito assim, sem jeito, sem maneiras de melhorar.

10 - Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em março de 2018.

Figura 30. Escada da casa da Beatriz.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.



Mesmo sonhando com melhorias, a gente não via expectativa, não tinha visão para nada disso. Então, aí veio o pessoal da arquitetura introduzindo aos poucos¹¹.

mundo vai falar que isso é coisa nossa mesmo¹². Assim, ele defende o valor do compartilhamento também para os moradores. Até ser motivada e provocar os moradores a respeito de sua potencialidade, a possibilidade de assessoria técnica é desconhecida e causa estranhamento. Há, também, o capital simbólico associado à imagem do arquiteto,

Laerte explicita que a materialização resultante de um processo compartilhado “tem um pedacinho de todo mundo. E quando ele estiver pronto, não vai ter o que falar. Todo

11 - Idem.

12 - Idem.

algo que não se dissolve tão facilmente. Porém, o processo de envolvimento com a população permite a dissolução destas hierarquias ao longo do tempo, como confirmado na fala de Laerte. O estranhamento parece ter se acentuado na relação com os autoconstrutores do sexo masculino; Isto também foi observado em assessorias individuais, nas quais notamos resistência à adoção das informações transmitidas pela equipe do Práxis-EA/UFMG, majoritariamente composta por mulheres.

Afirmamos que a transformação do morador se dá pela prática e que o objetivo das assessorias técnicas não se restringiu a propor a transformação do espaço per se, mas também se concentrou em instigar os moradores a protagonizarem este processo de transformação. Sendo assim, é importante ressaltar que, ainda que as sugestões e/ou soluções propostas não se materializassem no tempo presente, defendemos que o processo, em si, transforma e abre o horizonte de possibilidades à prática do autoconstrutor. Defendemos que a troca de informações incrementa o arcabouço de possibilidades construtivas do morador, visando que a prática autoconstrutora possa ser potencializada.

FINALIZANDO...

Defendemos que, enquanto cidadãos, devemos ser agentes ativos das transformações sócio-espaciais da cidade. Os autoconstrutores conhecem sua própria realidade, seus problemas e necessidades. Porém, baseado em Morado Nascimento (2016), entendemos que os moradores devem ter poder de decidir. Esta decisão deve ser livre da dominação tecnológica e científica, bem como da ordem política. Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir e reagir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa.

Defendemos, portanto, que não basta prover o serviço técnico e afirmar, simplesmente, que o projeto do arquiteto irá garantir a qualidade de vida almejada pelo morador. Propõe-se processos de assessoria técnica que promovam transformação das condições de vida dos autoconstrutores, baseados em suas práticas e em suas visões de mundo. A determinação das necessidades do morador é um processo aberto, de construção, estando imbricada em sonhos e desejos imersos em estruturas culturais e históricas. Da mesma forma, a atuação do arquiteto é engendrada por relações de poder, símbolos e saberes

incorporados. O que se propõe é a abertura ao diálogo entre arquiteto e autoconstrutor, bem como a desconstrução do lugar simbólico que o arquiteto ocupa na reprodução do espaço urbano.

Retomando a autoconstrução como prática configurada por distintos repertórios e motivações, a assessoria técnica exige a adoção de distintas metodologias de atuação. A partir do conceito incorporado por este trabalho sobre os aspectos que compõem a autoconstrução (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018), pressupõe-se que um só método de leitura e atuação não é capaz de responder às distintas demandas e necessidades habitacionais dos moradores.

No sentido das experiências de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo, o compartilhamento do processo de projeto e de (auto)construção, pôde prover ao construtor benefícios como: (i) a proposição de outras possibilidades construtivas externas ao arcabouço recorrente da autoconstrução; (ii) a possibilidade de experimentação de arranjos espaciais; e (iii) a antecipação da conformação final para contrapô-la às expectativas e desejos iniciais dos moradores. Vale lembrar da importância dos custos das decisões arquitetônicas no processo de tomada de decisão dos autoconstrutores e assumir a possibilidade, ainda não empiricamente comprovada, de economias financeiras em razão da assessoria técnica.

Referências bibliográficas

CAU/BR, DATAFOLHA. *O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil*, 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>. Acesso em: 09.09.2017.

MORADO NASCIMENTO, Denise (org.) *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.

TIBO, Gerusa Lustosa de Andrade. Reflexões da prática da assessoria técnica: uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo: Anpur, 2017.

TIBO, Gerusa Lustosa de Andrade, LINHARES, Juliana; MORADO NASCIMENTO, Denise. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: *Anais do III UrbFavelas*. Salvador: UCSAL, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a>. Acesso em: 16.02.2019.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

propostas e reflexões coletivas

Parceria de fomento



Realização



Instituto **Pólis**